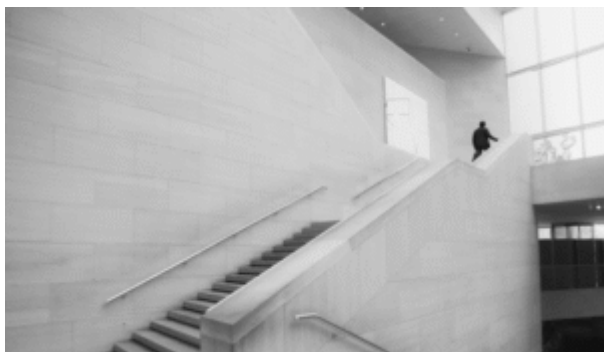


Pós-doutorado, o último dos galardões



Por **WOLNEY UNES***

Será o pós-doutorado um estágio de humildade ou apenas mais um degrau na escada da vaidade acadêmica?

1.

É quase um mantra. Invariavelmente em rodas de discussão sobre os problemas nacionais alguém declara: “É a educação!” Só a educação mudaria o país. Não é.

Pelo menos não apenas. Enumeraria várias outras coisas, de desigualdade econômica e falta de consciência coletiva ao sentimento de eterno abandono, de seres expulsos do paraíso. Ou como diria Meyer-Clason: latino-americanos somos órfãos de uma mãe viva, expulsos do lar original europeu, deixado sós e à míngua no novo mundo inóspito e selvagem, filhos de segunda classe. Há ainda quem chame esse processo de complexo de vira-lata. O resultado é o mesmo: órfãos vagando sem rumo em um espaço que não consideram seu destino.

Qualquer que seja o termo, a verdade é que essas duas percepções se juntam para produzir essa grande característica sul-americana e especificamente brasileira, de sempre querermos nos justificar perante os antigos senhores (europeus), de nunca ousarmos desafiar os antigos genitores (europeus), clamando por um pinga de afeto e atenção (de europeus, aqui inclusa sua filial norte-americana). Sem a aprovação dos genitores, sem sua validação, não conseguimos ir para a frente. Mas por que tratar aqui desse tema?

Trago aqui o assunto por ocasião de minha mais recente aventura. Terminado o processo de consagração como professor titular, vi-me às voltas com a questão acerca da continuidade da carreira acadêmica. Somada a algumas mudanças na burocracia da universidade – o fim do programa de pós-graduação a que estava vinculado, a extinção de disciplinas de Núcleo Livre e a necessidade de assumir disciplinas que não estão mais em minha esfera de interesse e atuação profissional –, senti-me subitamente deslocado, sem saber bem que rumo tomar, que espaço ocupar no ambiente acadêmico. Já falamos em outro momento da falácia da hierarquia universitária, professor titular de coisa alguma, apenas sinônimo de estar no topo da estrutura salarial.

Mas numa daquelas trapaças do destino, eis que surge uma oportunidade: um pequeno grupo de professores – da área de arquitetura, línguas e cultura – acabara de formalizar um certo Instituto do Patrimônio, na Universidade de Liverpool. Como desde os anos 1980 eu tinha um certo fascínio por aquela região, o meio-norte inglês, pessoal de hábitos primitivos e rudes, inconformistas e insubordinados, aquela notícia acendeu uma luz: entrei logo em contato com a turma. O professor coordenador não hesitou, já que viu naquela manifestação de interesse de minha parte uma espécie de validação, uma chance de provar perante seus pares que não estava errado ao propor aquela formação, já que até gente da longínqua América do Sul estava interessado!

Para encurtar a história, cá estou eu, na Universidade de Liverpool, professor honorário –*visiting scholar* para a burocracia acadêmico-consular – na *School of the Arts*, numa palavra, *Sota*. (Para meu desespero, dentro da *Sota* havia ainda a *School of Architecture*. Numa primeira reunião, manifestei minha estranheza com o organograma local, uma “escola” dentro de outra “escola”? O desconforto foi nítido, rapidamente quebrado pela capacidade dos liverpudianos de rir de si próprios, chamando a atenção para o fato de estarem no mesmo nível hierárquico do *Department of Music*.)

2.

Tudo assente, documentação organizada, procedi como todo bom adolescente e tratei logo de publicar em redes sociais fotos da portada da nova residência acadêmica (sem o biquinho tradicional do missivista, bem entendido!). Claro é que houve uma enxurrada de manifestações, a maioria de felicitações, mas também lamúrias.

Quero me ater aqui a uma espécie apenas dos vários comentários, que transcrevo sem mais delongas: “Estudando ainda? Muito bem. Liverpool?”, lançou um antigo conhecido. Ou uma desconhecida ainda: “Sempre se aprimorando, parabéns!”

Mensagens simpáticas, certamente. Mas certamente também algo absurdas, já que dirigidas a um professor no estágio final da carreira acadêmica, sexagenário já. E arrisco aqui uma análise: essas mensagens são frutos de nossa percepção latino-americana de órfãos degredados, a única relação possível com os senhores do velho continente, com os cruéis pais ausentes, seria a de aprendiz, eivado de subserviência e humildade.

Ao filho rejeitado e degradado caberia apenas se dirigir ao antigo lar depois de esgotadas as possibilidades de aprimoramento em terras bárbaras. O filho bastardo volta ao lar para cultivar-se, para angariar modos civilizados. Em momento algum passaria pela cabeça de um latino-americano a relação inversa: um filho abandonado dirigir-se aos pais para orientar-lhes com algo, dirigir-se ao velho mundo para compartilhar experiências, trocar ideias, contar de suas práticas. Talvez mesmo para... ensinar, por que não?

Muita ousadia. Um latino-americano deve se contentar com seu papel histórico autoinfligido de expulso do paraíso e rejeitado pelos pais.

Mas isso não é tudo. Outra linha de comentários avançou ainda um passo. Uma colega da academia – claro! – decretou solene: “Pós doc?”

A mensagem chegou assim mesmo, meio anglo-saxão, sem hífen. E com ela aflora em toda sua pujança a segunda daquelas características esquizofrênicas de nossa sociedade. A colega doutora não se deu conta do cacoete provocado por sua saudade da nobreza, pela sua necessidade majestática de diferenciar-se da plebe. Não somos todos iguais, não somos um coletivo.

A jovem doutora orgulha-se de seus títulos numa sociedade que ainda sonha com tempos imperiais, com os donas e duquesas a diferenciar humanos. (O que de longe não é exclusividade nossa! Não custa lembrar que as nações herdeiras do império austro-húngaro somente eliminaram os predicados nobiliárquicos dos nomes em 1919, com a *Adelsaufhebungsgesetz* austríaca.) Bons tempos aqueles em que cada um exibia seus títulos, seus galardões e seus relacionamentos. Com sua saudade daqueles tempos idos, minha simpática colega não se deu conta do seu papel de pequena engrenagem a mover a grande máquina da desigualdade.

3.

Sim, pois afinal, o que é o tal pós-doutorado, expressão esquizofrênica cada vez mais presente na burocracia acadêmica

nacional? (Dia desses inda me confirmou um jornalista ser o PhD a abreviatura do pós-doutorado, “o que é muito mais que um simples doutorado, não é professor?”)

A resposta ao “pós-doutor” está na virtude que acabou por mostrar-se a própria ruína, meio Narciso recontado. A academia conseguiu vender à sociedade a ideia de que é donatária exclusiva do saber, que detém a concessão única da competência. A partir disso, viu-se uma explosão dos cursos universitários desde o pós-guerra, não só na região histórica da academia, o mundo árabe, hindu, chinês e centro-europeu, mas em todo o planeta. São sintomáticos os casos da Índia, maior densidade de doutores em tecnologia per capita, ou da Suíça com seus milhares de doutores das Humanidades em posições precárias, como estagiários.

Como forma de dourar a pílula, eis que surge o eufemismo “estágio pós-doutoral”. Humanos fazem estágio após sua formação; doutores não fazem um simples estágio, mas um estágio pós-doutoral. Qualquer que seja o caso, a sequência após o estágio é provavelmente a mesma, desemprego, subemprego ou colocação em outra área. A academia finalmente encontrou um meio de, se não resolver o problema da venda de um produto sem utilidade, pelo menos adiar a reclamação do consumidor.

A ideia saltou para o mundo, e hoje há ofertas de subempregos para doutores em vários países, até mesmo no Brasil. Para variar, copiamos a ideia pelas metades, mais ou menos como fizemos com a Cidade Jardim em São Paulo, só no formato, sem pensar no conteúdo. Aproveitamos a ideia, douramos a pílula e juntamos tudo com aquela necessidade intrínseca de diferenciarmo-nos dos outros, criar mais uma categoriazinha exclusiva, mais um feudozinho.

E eis que abandonamos o substantivo estágio para concentrarmo-nos criminosamente no predicado pós-doutorado. Agora devidamente substantivado, claro. E preferencialmente numa suposta sigla anglófona, pós-doc.

Tenho amigos com filhos que estudaram em grandes centros universitários, Zurique, Politécnica de Paris, Berlim. Esses rapazes e moças, agora ali pelos seus 35 anos, estão quase todos em estágios pós-doutorais. Um deles, em Cambridge, está já em seu terceiro ou quarto estágio, depois de Paris e Amsterdã. Honesto, não lhe passa pela cabeça que esteja amealhando títulos; pensa apenas em um dia conseguir uma colocação digna, com continuidade que lhe permite algum planejamento e não apenas servir de mão-de-obra barata num contrato precário da pesquisa de algum doutorzão.

4.

Mas voltemos à Suíça. Recentemente a presidência do prestigiado Conselho Suíço de Ciências definiu com clareza, mas também coragem e precisão: “Um pós-doutorado é, portanto, um recurso que permite a expansão das capacidades de pesquisa e ensino. Este recurso também é relativamente barato e flexível, visto que os pós-doutores são contratados por prazo determinado”.

O mercado, claro, agradece à academia e ao Estado, por inserirem mão-de-obra de alta qualificação na massa de desempregados e apressa-se para oferecer subemprego para os recém-doutores. Colocando essa situação em números, estimativa de 2022 dá conta de que estão sem colocação 40 mil doutores no país, ou 80% do total de doutores existentes!

Isso significa que esse excedente de mão-de-obra está se virando em subempregos ou voltou para a casa dos pais, não sei o que seria pior em termos de desperdício de esforço e energia humanas. Há no país apenas 7 mil vagas de estágio pós-doutoral, o que vem provocando petições para alterar a legislação de contratação de pessoal em instituições de ensino e pesquisa.

O mesmo conselho não foge ao problema e sugere ações concretas em três frentes, para dar rumo e sentido aos milhares de doutores formados mas desocupados: “participantes devem ter clareza de que a fase pós-doutoral prepara não apenas para uma carreira acadêmica, como também em pesquisa”, em segundo lugar, “o acesso ao mercado de trabalho de

pesquisadores estrangeiros que tenham exercido cargos de pós-doutorado na Suíça deve ser facilitado”, e finalmente, “para melhorar as perspectivas de carreira no sistema acadêmico, aumentar o número de professores assistentes com a opção de estabilidade”. O problema está equacionado: o doutor que não tenha colocação pode realizar um estágio com vistas a futura contratação acadêmica, o que evidencia o caráter precário, provisório e de treinamento do estágio.

Mais: o estágio pós-doutoral prepara o candidato para assumir eventualmente o cargo de professor assistente. Não há o menor sentido na ação inversa, como queremos fazer em terras brasileiras, agraciar um professor titular com licença para realizar um estágio...

Sim, pois nós, obnubilados pela cegueira da necessidade de diferenciação, consagramos a colocação precária numa espécie de título, consubstanciando e cristalizando essa nossa necessidade de diferenciação da plebe. É o desejo de manter-se desigual, criar inda mais desigualdade, *primus inter pares*. Já fiz o pós-doc; estou saindo para o pos-doc, são expressões absurdas que ouvimos de colegas professores universitários com carreiras de 15, 20 anos ou até mais.

Bom, por aqui venho respondendo que estou na atividade de *foreign aid*. Estou em missão de auxílio do governo brasileiro ao desenvolvimento acadêmico inglês.

5.

Antes de terminar, vale uma palavra sobre a mobilidade acadêmica, que permite exercer a atividade de professor em locais variados. Em tempos de restrição cada vez maior à livre movimentação de pessoas entre países, de exigências para adaptação de profissionais, não é pouca coisa. Mas antes será preciso recapitular uma situação de que o mundo industrializado não gosta de se dar conta. Peço licença ao leitor, para recontar uma história que todos sabemos, apenas para esclarecimento.

Finda sua fase neocolonial, o capitalismo ocidental vem se recusando a pagar o preço de tantos anos de controle e exploração de antigas colônias. Ao falar em colônias, devem-se incluir tanto aquelas diretas como as indiretas, aí inclusos Bretton Woods e Gatt.

As antigas metrópoles coloniais França, Inglaterra, Espanha e Portugal foram as primeiras a conviverem com imigrantes oriundos das colônias. A partir dessas primeiras levas das antigas Índias Ocidentais, mas também África, Indochina e Índia, sobreveio uma nova fase, que perdura ainda hoje e a que muitos chamam imigrantes econômicos. Esses imigrantes vêm não apenas de antigas colônias, mas de países que tiveram sua vida desorganizada por interferência direta do neocolonialismo ocidental, com territórios recortados, comunidades e famílias segregadas, divisões aleatórias, governos boicotados e recursos desviados, entre muitas outras possibilidades.

Pois, impossibilitados de organizarem suas vidas, muitos habitantes dessas regiões adotam o compostamente dos colonizadores: dirigem-se para a metrópole, mesmo que tenham de se contentar apenas com os quintais das casas dos senhores. Esses novos imigrantes suscitam vários tipos de reação, desde a alegria disfarçada pela mão-de-obra precária e barata de operários que trocam a sobrevivência por qualquer tipo de trabalho, até o desespero de parte da população frente à nova concorrência por recursos. A primeira reação é a comemoração pelos detentores do capital, a segunda é lastimada pelo operariado nativo.

Como esse segundo grupo é infinitamente maior (e a alegria capitalista deve ser disfarçada), os países centrais do capitalismo ocidental veem-se na obrigação de dar respostas políticas à contenção das levas de refugiados econômicos - situação, lembre-se, criada pelas próprias políticas de exploração daqueles governos. Com isso, as fronteiras se fecham a esses novos tipos de imigrantes, mesmo diante do drama do capitalismo central de crescimento populacional negativo, esse subproduto da tristeza pós-industrial.

Pois bem, com o fechamento de fronteiras, a mobilidade se reduz para o grande grupo de trabalhadores de pouca qualificação, em muitos casos, inclusive para profissionais de grande capacitação, médicos, engenheiros, enfermeiros. Ficam abertas duas portas apenas.

Uma dessas portas de entrada é decorrente da política de atração de grandes capitalistas, proprietários de meios de produção ou rentistas, que decidem deixar seus países de origem (em geral na periferia do capitalismo) em busca das garantias de lei e ordem ainda vigentes em vários países do capitalismo central. Essas políticas em muitos casos recebem a alcunha de *golden visa*, o que pressupõe um razoável aporte de capital, seja por meio da aquisição de propriedades (que gerarão impostos a serem pagos) ou por meio da garantia de investimento produtivo gerador de empregos (e por sua vez mais impostos a serem pagos).

Outra porta que continua ainda aberta entre países do capitalismo central e periférico – e aqui é a que nos interessa – por incrível que pareça e não se sabe ainda por quanto tempo, é justamente a do mundo acadêmico!

Essa mobilidade, ao contrário daquela capitalista, nada tem de novo, nem de vinculação ao capital. Ao contrário, é a mera sequência da antiga mobilidade institucional religiosa e acadêmica medieval, consignada nos alvares da universidade latina e nas ordens religiosas. Mas concentremo-nos aqui na de natureza acadêmica apenas.

A partir dos anos 1000 e 1200, com a adoção na Europa central da antiga ideia do mundo persa e árabe de reunir num mesmo espaço estudiosos para trocarem ideias (nada mais que a extensão do conceito de bazar, em que se reúnem num mesmo espaço comerciantes de artigos similares), surgem as primeiras universidades, Bolonha, Paris e por aí afora. Está claro também que se trata da retomada da tradição pitagórica e platônica com suas escolas, mas isso é outra história.

O idioma desses espaços medievais era invariavelmente o latim, tanto falado quanto escrito, o que por si só já garantia a uniformidade na formação e a possibilidade de intercâmbio de ideias, num momento em que o Estado-nação com suas fronteiras como o conhecemos hoje estava ainda distante. Um acadêmico podia se deslocar da Cracóvia para Coimbra, de Upsala para Catânia, com a desenvoltura de quem se comunicaria sempre no mesmo idioma, a partir das mesmas bases de conhecimento.

6.

Mesmo com a oficialização das fronteiras e o início do monopólio no uso da violência por parte do Estado, como diria Max Weber, mesmo após o estabelecimento das primeiras nações, Portugal, Sacro Império, reinos, confederações e outros tipos de feudos, a carta de apresentação do acadêmico era garantia de passe-livre, salvo-conduto para assumir sua cátedra. Em um dos documentos inaugurais da Universidade de Bolonha, a *Authentica Habita*, promulgada pelo imperador Barbarossa no séc. XII, estão ali já consignados diversos valores, entre outros, ainda hoje vigentes no mundo acadêmico: garantia de liberdade de pensamento e imunidade e liberdade de movimento.

Esse mesmo conjunto de regras seria mais tarde incorporado no *Corpus Juris Civilis*, o código milenar de direito romano, após sua confirmação pelo papa Alexandre III (ainda no séc. XII). A redação original da *Authentica* previa ainda jurisdição própria, fora das regras para os cidadãos comuns: *“Hujus rei optione data scholaribus, eos coram domino vel magistro suo, vel ipsius civitatis episcopo, quibus hanc jurisdictionem dedimus, conveniat”* (Dada a opção dos estudiosos, é apropriado que compareçam perante seu senhor ou mestre, ou o bispo da própria cidade, a quem demos essa jurisdição).

Esse princípio seria mais tarde adotado também em Paris pelo rei Philippe Auguste, em 1200, com a promulgação de decreto que eximia os estudantes parisienses da jurisdição municipal, sujeitando-os a *“la cour de justice de l’évêque”*.

De lá para cá, é importante lembrar que nossas liberdades diminuíram bastante, seja pelo lado das fronteiras nacionais, seja pela burocracia universitária brasileira. De outras vezes que busquei fazer uso do pressuposto medieval da

mobilidade, tive mesmo de propor uma certa falsidade: prestes a assumir o posto de *maître de conférence* numa universidade francesa, em 2011, a burocracia da universidade brasileira só me liberou diante de artifício infame.

Discutindo com o funcionário encarregado de processar meu pedido de afastamento, após horas, sua face se iluminou e ele decretou: “Professor, é de uma licença para pós-doutorado que o Sr. precisa!” Hesitei uns poucos segundos, antes de concordar alegremente com profunda tristeza. “Sim, sim, claro!” Alegria por finalmente termos encontrado a previsão legal, tristeza por ver o governo brasileiro não assumir a possibilidade de licença para enviar seus quadros ao exterior. É ajuda humanitária e acadêmica, é o *foreign aid* brasileiro, *soft power* desperdiçado.

Pois ainda hoje, quase 900 anos depois de definidas as regras de liberdade e mobilidade acadêmicas, cá estou, livre para residir na meca do capitalismo central, no ponto mesmo de nascimento da revolução industrial a partir da qual tudo escalaria, com meus direitos de *visiting scholar*, tendo de submeter-me apenas ao reitor da universidade. Viva Barbarossa!

***Wolney Unes** é professor titular de música na Universidade Federal de Goiás e atualmente professor visitante na Universidade de Liverpool. Autor, entre outros livros, de *Entre músicos e tradutores* (Editora UFG).

Referências

Baldwin, John. “Les chevaliers dans les cartulaires monastiques de la région Parisienne”. In Aurell, Martin; Girbea, Catalina (org.). *Chevalerie et christianisme aux XII^e et XIII^e siècles. Actes du colloque de Poitiers*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2011, p. 51-65

Baumgärtner, Ingrid. “De privilegiis doctorum: Über Gelehrtenstand und Doktorwürde im späten Mittelalter”. *Historisches Jahrbuch* 106, 1986, p. 298-332.

Foray, Dominique; Süsstrunk, Sabine. “Postdocs und prekäre Arbeitsverhältnisse in der Wissenschaft”. *Neue Zürcher Zeitung*. 12 set 2022. Disponível [neste link](#).

Kibre, Pearl. *The Nations in the Mediaeval Universities*. Nova York: Mediaeval Society of America, 1948

Meyer-Clason, Curt (org.). *Lateinamerikaner über Europa*. Frankfurt: Suhrkamp, 1987.

Stelzer, Winfried. “Zum Scholarenprivileg Friedrich Barbarossas (Authentica “Habita”)”. *Deutsches Archiv für Erforschung des Mittelalters* 34, 1978, p. 123-165.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)